

GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO E DA NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.

William Fernando Camilo Queiroz

Will-camilo@hotmail.com¹

Resumo

Com nossa pesquisa de mestrado pretendemos estabelecer e ampliar a discussão a respeito da Geografia e dos Movimentos sociais na escola, por uma análise dos documentos oficiais do sistema de ensino (Parâmetro Curricular Nacional, Currículo, Livro Didático e a Nova Base Nacional Comum Curricular) fazendo uma relação com as ocupações das escolas paulistas no ano de 2015. No entanto, por estar em fase de preparação, o texto que hora apresentamos aborda apenas a Proposta Curricular do Estado de São Paulo e da Nova Base Nacional Comum Curricular, com referência aos movimentos sociais. Portanto, dessa forma, buscamos compreender a relação entre teoria e prática formada nesta conjuntura. No momento atual, do sistema capitalista, de aprofundamento da ofensiva do capital sobre o trabalho nas relações sociais de produção, expressa pela depreciação das condições de trabalho, aumento acentuado da miséria em uma grande parte da população e seu permanente estado de barbárie social, faz-se necessário, não somente entender, e, interpretar a consciência social sintetizada nesse cenário, mas essencialmente, buscar compreender a práxis no ensino de geografia.

Palavras-chave: Espaço, Movimento Social, Geografia do Trabalho.

Introdução

O presente texto visa a uma abordagem acerca dos aspectos nascentes da Nova Base Nacional Comum Curricular e do Currículo do Estado de São Paulo, especialmente na disciplina Geografia, com o objetivo de identificar a temática dos Movimentos Sociais na Geografia escolar. Possui caráter introdutório, pois a pesquisa, na qual assenta suas bases teóricas e empíricas, está em fase de preparação e escrita. Portanto, o que segue é apenas uma parte da pesquisa que está em fase de construção.

¹ Mestrando em Geografia UNESP- campus de Presidente Prudente – SP, membro do CEGET- Centro de Estudos da Geografia do Trabalho, Professor da Rede Estadual de SP.



O documento elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, em um momento tão conturbado na democracia de nosso país, que parece se curvar para a manutenção e perpetuação de velhas desigualdades, servirá para a orientação de conhecimentos, conceitos e abordagens no tocante ao que ensinar em Geografia para milhões de crianças e jovens em todo território nacional.

No Estado paulista, o currículo nasceu como resultado do programa "São Paulo faz Escola", que implementou uma reforma curricular realizada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEESP), lançada em 2008, para a rede estadual de ensino que implantou um currículo único nas escolas do Estado, considerando os conteúdos curriculares e as expectativas de aprendizagem para o ciclo II do ensino fundamental - ou anos finais - e para o ensino médio.

Delimitamos a discussão do presente artigo, quanto a um aspecto ligado em uma importante investigação, para dar um passo importante na direção de diagnosticar e observar a materialização e a concretização da proposta de abordagem geográfica dos movimentos sociais na Geografia escolar, ou seja, o que se propõe trabalhar na disciplina nesta temática? Ela está presente no ensino de Geografia? De que modo ela se apresenta? Quais os movimentos que aparecem?

Optou-se por essa abordagem porque entendemos que a temática dos movimentos sociais, já a um tempo, faz parte da Geografia acadêmica e do rol de seus temas. Ao que parece, a Geografia já discute os movimentos sociais desde a década de 70, onde a temática a ser pesquisada e teorizada acompanhou o processo de renovação da geografia, na passagem da década de 1970 a de 1980. Ao lado de uma constante de expressões de movimentos sociais, e a incorporação de uma abordagem que considera o espaço como produto das ações humanas, a Geografia se insere no debate dos movimentos sociais.

As mobilizações de ordem espacial são de importância crescente no cenário nacional. Portanto, não seria de se admirar, que em nossa década, esse debate, já esteja presente na Geografia escolar, como conhecimento necessário para entender a produção do espaço geográfico, objeto da Geografia e a base em que está assentada a inclinação para o ensino de Geografia.

Ao que tudo indica, a Nova Base Comum Curricular agrega a Geografia e as demais disciplinas, tentando produzir uma interdisciplinaridade com outras áreas. Portanto, nesta nova

base, a Geografia e as demais áreas foram agregadas à área de ciências humanas. Sem dúvidas, essa perspectiva deve afetar as temáticas da educação básica na Geografia e seus conteúdos escolares.

Portanto, surgem vários questionamentos acerca da implementação do sentido curricular apresentada pelo MEC, que é recente e também pelo Estado de São Paulo, no entanto, nesse já é concretizada, com a Geografia e o tema dos movimentos sociais. Portanto, podemos indagar, o que há de novo na Base Nacional Comum Curricular, notadamente, para o ensino de Geografia? Essa proposta da Geografia em ciências humanas e da interdisciplinaridade diz o que? Os movimentos sociais aparecem nestas propostas?

Pensando nessas questões, apresentamos os seguintes objetivos, para o desenvolvimento de nossa pesquisa, artigo: entender como aparece a Geografia e o tema dos movimentos sociais, tanto na BNCC, como do Currículo do Estado de São Paulo, como também compreender e identificar algumas possíveis consequências dessas propostas para o ensino de Geografia. Como práxis, gostaríamos de esclarecer que este artigo, certamente não têm a pretensão de esgotar o debate, mas sim, estimular novos questionamentos sobre a Geografia e principalmente na sua abordagem no tema dos movimentos sociais.

Tendo nosso objetivo manifestado, pretendemos que se possa encontrar nas páginas seguintes, a tentativa de contribuir para que a geografia escolar desenvolva em seus conteúdos escolares uma abordagem dos movimentos sociais, pois vemos, através de nossa pesquisa, que não está em seu leque de conhecimentos, tanto no currículo do Estado de São Paulo, como, na nova BNCC, um debate, que diz respeito ao entendimento das relações de poder e seus desdobramentos no território, portanto, a discussão dos movimentos sociais na Geografia, tanto no Ensino Fundamental -EF, como, no Ensino Médio – EM.

Desenvolvimento

Realizar uma leitura da forma pelo qual a geografia e os movimentos sociais são abordados no currículo do estado de São Paulo e na Nova Base Nacional Comum Curricular (NBNCC) pareceu-nos uma importante investigação para o passo na direção de diagnosticar a



materialização e a concretização da proposta de abordagem geográfica dos movimentos sociais na Geografia escolar.

Ao longo do texto utilizamos o conceito de Movimentos Sociais para nos referir a mobilizações coletivas e organizadas, e que certo modo, por meio de suas ações fazem e propõem uma crítica à sociedade capitalista atual, baseada na acumulação de riquezas e no estranhamento dos indivíduos manifestados no território (PEDON, 2005, p. 11).

É na Geografia Crítica que nasce o debate em torno dos Movimentos sociais (PEDON, 2005, p. 13). É na chamada geografia crítica ou radical na década de 70 que o espaço reaparece como conceito chave. Fundada no materialismo histórico e na dialética, procurando romper com as tradições positivistas, é na geografia crítica que surge uma contribuição mais polêmica em torno do espaço (SPOSITO, 2004). O rompimento com a perspectiva tradicional está contido no objetivo e na busca de novos caminhos, de nova linguagem, novas propostas, onde o objeto, o método e o significado da geografia foram questionados.

O que se colocava era uma geografia mais generosa que conseguisse apreender a complexidade atual da organização do espaço que passava por grandes transformações pelo capitalismo em sua fase monopolista e a implacável dieta *neoliberal*. O posicionamento contra a ordem estabelecida que estivesse à frente da transformação da sociedade, da realidade social, que assumiam o conteúdo político da geografia vai ser encontrado com a geografia crítica.

O espaço vai ser entendido como “o lócus da reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2006, p. 26). Deixa de ser mero reflexo da sociedade e passa a ser entendido como uma parte da totalidade das relações sociais, um fator social.

Podemos observar que a preocupação inicial da Geografia tem sido mais em descrever o espaço do que conceituá-lo (SANTOS, 1978). Não obstante, temos que estar atentos com o ponto de partida de nossas reflexões, que nesse caso é a geografia. O espaço é a razão de trilhar da mesma. O espaço lhe confere a sua autonomia e identidade. É o ângulo e a própria forma sob a qual a geografia ganha unidade e especificidade no âmbito das ciências sociais.

Milton Santos reconhece que só foi possível para a geografia, construir um conjunto de preposições baseada num sistema comum, entrelaçado por uma lógica interna quando a

geografia deixa de lado a discussão narcísea em torno de si mesma enquanto disciplina e preocupa-se com seu objeto, que é o espaço.

Em, *Por uma Geografia Nova*, considera que (SANTOS, 1978) “a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos”. Segundo o mesmo, os elementos fixos, concretizados em um dado lugar permitem ações, mediante os fluxos, que são cada vez mais renovados no tempo atual e vão dando a possibilidade de modificação e redefinição dos lugares.

Apoiado em Marx e Lefebvre (SPOSITO, 2004), (CORRÊA, 2006), (PEDON, 2005), apresentam em suas diversas obras que o espaço é um fator social e não um mero reflexo da sociedade. Afirmam que o espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias de análise, forma, função, estrutura e processo, que segundo o autor, permitem um estudo, uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (SANTOS, 1988). Em sua proposta mais atual ele considera “o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p. 22). Através da qual (Santos, 2006 p.21), tinha a ambição de construir um quadro de análise unitário que permitisse ultrapassar ambiguidades e tautologias.

Em linhas gerais, reunimos a bibliografia na qual repousa o processo de renovação onde se condensavam as ideias da Geografia Nova. No entanto, podemos destacar que somente na década de 1980, diferentemente da História e da Sociologia, que buscaram, através de seus próprios repertórios, discutir os movimentos sociais anos antes, a Geografia apenas entra no debate nos anos 80, assim, passando a dar interesse aos movimentos sociais.

A afirmação de “que a Geografia tardou em se preocupar com a questão dos movimentos sociais se justifica em diversos aspectos” (PEDON, 2005, p. 21). Poderemos ainda dizer que sua inserção nos Currículos oficiais é mais tardia e não é consolidada como discussão obrigatória, tanto no Currículo do Estado de São Paulo como na Nova Base Nacional Comum Curricular. Portanto, mesmo que afirmada a discussão acadêmica, na Geografia escolar, estamos longe de estabelecer um diálogo mais profícuo entre as duas temáticas nas escolas.

Nossa pesquisa se encaixa diante desta perspectiva e busca entender nas reformas atuais, como os movimentos sociais e sua dialética contraditória, ora de criador de resultados



inesperados, ou como inibidor de si mesmo, dentro de uma atmosfera de “nova” proposta de documentos, a garantia do ensino dos movimentos sociais ou não na geografia.

Diante desse cenário de novos desafios, justifica-se investigar como os movimentos sociais, na sua modalidade de práxis, pois é através do ensino que se torna possível o entendimento destes, tem reagido a esse processo que tem intensificado o conservadorismo, a desesperança, o abandono das políticas igualitárias e da destruição de direitos trabalhistas e sociais.

Na luta por melhores condições de vida, os movimentos sociais e sindicais sempre tiveram papel importante, tanto na formação e conscientização de setores à margem da sociedade, quanto na defesa de uma transformação social que pudesse pôr fim à exclusão de grandes parcelas da população nas decisões políticas. Portanto, sua presença na escola é de grande valia.

Portanto, para não encerrar a questão, o estudo da atuação desses movimentos nos documentos oficiais de ensino proposto por nós, dentro da escola no ensino básico, em um período, cujo mundo se apresenta, nas palavras de Santos (2008) “confuso e confusamente percebido”, oferece como oportunidade, ver e ouvir o quê, e como, os setores organizados, dentro de suas especificidades, tratam a temática.

Os nossos objetivos são avaliar as implicações entre a Geografia e a temática dos movimentos sociais na escola a partir dos documentos oficiais que demarcam os trabalhos dos professores e são referências para o ensino dessa disciplina na sala de aula. Faremos ainda um levantamento bibliográfico e fichamento de pesquisas relacionadas ao tema estudado, um trabalho de campo nas escolas ocupadas, a seleção e triagem de um número representativo de indivíduos, de ambos os sexos, que fizeram parte do movimento de ocupação das escolas estaduais em 2015, e entrevistas com os professores das escolas selecionados para a pesquisa, como a organização, tabulação e análise dos dados obtidos no trabalho de campo, para compreender as diversas realidades encontradas e correlacionar estas informações com os objetivos propostos.

Para contribuir no desenvolvimento de nossos objetivos, ainda desenvolveremos a trajetória dos documentos oficiais no acompanhamento dos movimentos sociais e seus impactos no cotidiano da escola. Analisaremos os documentos que balizam o ensino de geografia

destacando a temática dos movimentos sociais. Identificar hipóteses sobre o conceito de movimentos sociais e sua relação com a geografia da sala de aula e o ensino, buscando compreender como os movimentos sociais são abordados nos documentos oficiais de ensino.

Considerações finais

Por ora, apresentamos duas conclusões sobre dois documentos principais, o currículo de São Paulo e a Nova Base Nacional Comum Curricular.

Começando pelo currículo do Estado de São Paulo em Geografia, tanto do ensino fundamental e do ensino médio, procuramos identificar em qual momento desses documentos que permeiam as práticas de ensino dos docentes da rede estadual está presente a abordagem dos movimentos sociais na Geografia escolar.

Portanto, apresentamos de forma resumida, os principais conteúdos da disciplina Geografia da maior rede de educação estadual do Brasil, a Secretaria de Educação de São Paulo -SEESP- com o objetivo de identificar dentre estes a temática Movimentos Sociais na Geografia escolar, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Para isso, analisamos o Currículo Oficial e a Matriz de avaliação processual da rede estadual.

Nestas publicações oficiais da Secretaria da Educação de São Paulo são apresentados os conteúdos, competências e habilidades propostos no currículo oficial de São Paulo em Geografia. Seu objetivo é de mostrar os percursos de aprendizagens que devem ser assegurados aos estudantes ao longo da educação básica. Esses documentos oferecem os subsídios para definir os parâmetros de orientação pedagógica que devem ser seguidos pelos professores da Rede Estadual apresentando as sequências didáticas que guiam os trabalhos dos professores no desenvolvimento dos conteúdos (ver tabela 1, Matriz de avaliação processual da Rede Estadual de São Paulo).

Tabela: Matriz de avaliação processual da Rede Estadual de São Paulo Ensino Fundamental (resumida).

6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
--------	--------	--------	--------



**14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias**

Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

1º Bimestre Conteúdos; -Escalas da Geografia	1º bimestre Conteúdos; - O território brasileiro	1º bimestre Conteúdos: -Representação Cartográfica - Globalização em três tempos	1º bimestre Conteúdos - A produção do espaço geográfico Global
2º Bimestre -O mundo e suas representações -A linguagem dos mapas	2º Bimestre -A regionalização do território	2º Bimestre - Produção e consumo de Energia	2º Bimestre - A nova “desordem” mundial
3º Bimestre - Os ciclos da Natureza e a Sociedade	3º Bimestre - Domínios naturais do Brasil - O patrimônio ambiental e a sua conservação	3º Bimestre - A crise Ambiental	3º Bimestre - Geografia Das Populações
4º Bimestre - As atividades econômicas e o espaço Geográfico	4º Bimestre - Brasil: população e economia	4º Bimestre - Geografia Comparada da América Latina	4º Bimestre - Redes Urbanas e Sociais - Cidades

FONTE: São Paulo (Estado) Secretaria de educação. Matriz de avaliação processual: Geografia e história, ciências humanas; encarte do professor. São Paulo: SE, 2016.

Tabela: Matriz de avaliação processual da Rede Estadual de São Paulo Ensino Médio (resumida).

1º EM	2º EM	3º EM
1º Bimestre: Conteúdos; - Cartografia e Poder. -Geopolítica do Mundo Contemporâneo.	1º Bimestre: Conteúdos; - Território brasileiro. -O Brasil no sistema internacional.	1º Bimestre: Conteúdos; -Regionalização do espaço mundial.
2º Bimestre - Os sentidos da Globalização. - A economia Global.	2º Bimestre - Os circuitos da produção. - Redes e hierarquias urbanas. - A revolução da informação e as cidades.	2º Bimestre - Choque de Civilização?
3º Bimestre -Natureza e riscos ambientais.	3º Bimestre - Dinâmicas Demográficas. - Dinâmicas Sociais.	3º Bimestre - A África no Mundo Global.
4º Bimestre	4º Bimestre	4º Bimestre

-Globalização e urgência ambiental.	- Recursos Naturais e gestão do território.	-Geografia das redes mundiais. - Uma geografia do Crime.
-------------------------------------	---	---

FONTE: São Paulo (Estado) Secretaria de educação. Matriz de avaliação processual: Geografia e história, ciências humanas; encarte do professor. São Paulo: SE, 2016.

Podemos destacar que oficialmente o tema dos movimentos sociais não é elaborado dentro da proposta do Estado de São Paulo. Contraditoriamente, um currículo que foi elaborado e se posiciona com uma visão de “pedagogia crítica”, que, no entanto, em Geografia não trabalha com a temática dos movimentos sociais.

A proposta do currículo gera muito descontentamento para os professores da rede estadual de São Paulo. Diante de tantas demandas da categoria o Estado e faz a si próprio. Dentro de uma carga horaria que não respeita a lei do piso, sem condições mínimas de ensino, onde na maioria das escolas o giz e a lousa ainda são as únicas ferramentas do trabalho docente, com péssimos salários, e baixa autoestima, chegou o currículo, agora com a anulação da autonomia docente em São Paulo.

Talvez no currículo oculto é forjado o diálogo, e a temática dos movimentos sociais seja trabalhada, no entanto como vimos, um assunto tão importante na produção espacial da sociedade, não pode ficar sobre a boa vontade dos docentes em escolher se trabalham com a temática ou não, defendemos que no ensino de Geografia se apresente os movimentos sociais.

Ao priorizar a materialização de um currículo dentro de tantas outras insatisfações docentes e urgências da maior rede de educação do Brasil, e que impactam na aprendizagem dos mesmos é um contra senso. É apostar no fracasso. Temos outros desafios maiores na educação pública que deveriam ser sanados antes dessas propostas. Vemos os exercícios curriculares como controle dos docentes, aliada das práticas neoliberais, com perda de autonomia, anulando a função do professor e jogando a culpa do fracasso escolar no mesmo.

Enfatizamos que, semelhante ao que ocorre no mercado financeiro, no que diz respeito às expectativas de alcance e superação de metas e lucros, o Estado de São Paulo tem feito recair sobre os profissionais da educação a grande responsabilidade pelos resultados, gerando intenso controle sobre os agentes educacionais, currículo, metas de aprendizagem, bonificação por resultados, e nada de salários dignos, situação que passa a fiscalizar a si mesmos



e aos seus pares, para que não haja perda financeira como um todo nas instituições em que trabalham.

Dentro da mesma perspectiva nasce a BNCC com cinco unidades temáticas que norteiam o ensino de Geografia. Esses temas, segundo a BNCC, foram estruturados para possibilitar que o ensino do componente não seja apenas baseado na transmissão de informações ao aluno. Todos os estudantes do Ensino Fundamental devem ser incentivados a ampliar suas visões de mundo e a compreenderem de maneira crítica as relações que compõem a realidade.

Neste sentido, uma geografia comprometida com os movimentos sociais e as abordagens possíveis dos mesmos seriam um instrumento a mais na criação de sujeitos capazes de entender criticamente as mazelas da sociedade capitalista e impor-se criticamente quanto. No entanto, como veremos, o “novo” documento parece nascer do velho, o tema movimentos sociais na Geografia também não estão assegurados em sua base.

Na nova proposta os objetivos do Ensino Fundamental II, do sexto ao nono ano, para o ensino de Geografia tem como base essencial, os seguintes eixos: expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo, permitir que o estudante valorize sua individualidade e, ao mesmo tempo, possa se situar como cidadão ativo, democrático e solidário, por fim, que se entenda como produto de uma sociedade localizada em determinado tempo e espaço, mas também produtor dessa mesma sociedade.

As cinco temáticas que serão trabalhadas progressivamente durante os anos do ensino fundamental são: **O sujeito no lugar do mundo, Conexões e escalas, Mundo do Trabalho, Formas de representação e pensamento espacial, e, Natureza ambiente e qualidade de vida.**

Essas unidades necessitam ser notadas enquanto temas que se inter cruzam, não há hierarquia e também não há uma mais importante que outra. Portanto, há um rompimento com aspectos que vêm da linearidade explicativa do mundo. Negam-se as maneiras estanques ou separadas de analisar e entender a realidade. Elas são promotoras de encontros e cada uma em sua especificidade já significa um encontro.

Além de revelarem as categorias importantes das ciências humanas — espaço, tempo, sociedade, natureza, trabalho e cultura — essas unidades despontam os conceitos e

categorias importantes para a geografia: espaço, território, paisagem, região e lugar. Esses conceitos promovem, por sua vez, uma série de procedimentos que são importantes para o papel que o fazer científico possui, é imperativo que os/as estudantes aprendam a observar, a coligir dados, depois a compará-los, classificá-los, estabelecer generalizações e inferir explicações sobre eles.

Construir e possibilitar a construção de indivíduos críticos por meio do currículo escolar em constante relação com os movimentos sociais em um país tão injusto e contraditório como o nosso é um desafio. Há um mundo a ser explicado para e com as novas gerações e há uma gama de contradições que precisam ser descobertas pelo caminhar da curiosidade espontânea dos/as estudante para a curiosidade epistemológica. O Ensino e a aprendizagem de Geografia devem ocorrer sem decoreba, com direção a construção de reflexões e críticas da situação na qual se apresentam os indivíduos. A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer avançar a crítica da sociedade do Capital. Para tanto, achamos que a temática dos movimentos sociais é imprescindível.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 30/05/ 2019.

CORRÊA, R.L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, I.E. [et al] (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p.15-47.

PEDON, R, N. **Geografia e os movimentos sociais: dos primeiros estudos a abordagem socioterritorial**. São Paulo, UNESP, 2013.

PORTELA, M, O, B. **A BNCC para o ensino de geografia: a proposta das ciências humanas e da interdisciplinaridade**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.1, p. 48-68, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 30/05/2019.

SANTOS, MILTON. **Por uma geografia nova**. São Paulo. Hucitec, 1978.

SANTOS, MILTON. **A natureza do espaço**. São Paulo. Edusp, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Matriz de avaliação processual: Geografia e história, ciências humanas; encarte do professor**. São Paulo: SE, 2016.



14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias
Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

SPOSITO, ELISEU SAVÉRIO. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

VAZQUEZ, ADOLFO SANCHES. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: consejo latinoamericano de ciências sociales – CLASCO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.